Proc. TC-028.917/2011-1
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14.^a Região – TRT-14.^a Região, em desfavor da Senhora Maria Suylena Mesquita de Oliveira, então servidora daquele órgão, ante a percepção indevida de diárias e passagens, bem como de salários sem a correspondente contraprestação laboral (peça n.º 8).

2. Ao instruir o feito, a Secex/RO manifesta-se, preliminarmente, pela citação da Senhora Maria Suylena Mesquita de Oliveira, solidariamente com o Senhor Pedro Pedreira de Oliveira, então Juiz e chefe hierárquico imediato da responsável, para que se manifestem sobre as ocorrências acima mencionadas (peças n.ºs 13, 14 e 15).

3. Nesta fase processual, distingue-nos o eminente Relator solicitando parecer acerca das questões jurídicas postas nos autos (peça n.º 16).

4. Compulsando os elementos constantes do processo, nota-se que a TCE está composta, essencialmente, pelas análises e conseqüentes conclusões da comissão disciplinar designada para apurar as irregularidades atribuídas à então servidora Maria Suylena Mesquita de Oliveira (peça n.º 8), sem que, todavia, a documentação probatória embasadora dessas conclusões se faça presente no feito.

5. Em processos dessa natureza, nos quais a responsável não é gestora ordinária de recursos públicos e não detém a incumbência de prestar contas aos órgãos de controle, temos nos manifestado pela não incidência do brocardo de que compete ao gestor público comprovar a boa e regular aplicação dos recursos que lhe foram confiados.

6. Ao contrário, não tendo a servidora pública a obrigação regular de prestar contas, eventuais irregularidades causadoras de prejuízo ao erário a ela imputadas mediante ação ou omissão em sua conduta funcional devem ser provadas por quem alega, nos termos do art. 333, inciso I, do Código de Processo Civil, a saber:

“art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;”.

7. Desse modo, as ocorrências danosas ao erário supostamente perpetradas pela Senhora Maria Suylena Mesquita de Oliveira deveriam estar cabalmente provadas nestes autos de Tomada de Contas Especial, sob pena de insuficiência documental para emissão de julgamento pela Corte de Contas com base em elementos de provas. Contudo, não é o que se verifica no presente feito, haja vista a completa inexistência de provas acerca das condutas atribuídas à responsável.

8. Com efeito, há, no Despacho de fls. 4/31 do vol. 8 e nas demais decisões do TRT-14.^a Região, menção às ocorrências irregulares, a depoimentos testemunhais suportando as conclusões da TCE, à existência de bilhetes e passagens aéreas emitidos em nome da responsável, dentre outros possíveis elementos indicadores das irregularidades danosas ao erário, entretanto as provas que respaldariam essa compreensão não integram efetivamente os autos, o que impede o julgador, e também a esta fiscal da lei, de livremente analisar a prova e sobre ela emitir o seu juízo. A propósito, observa-se que também os demonstrativos de fls. 78/84 da peça n.º 8 não se prestam a provar as irregularidades, visto que constituem mero espelho financeiro das diárias, passagens e salários supostamente percebidos de forma indevida pela ex-servidora.

9. Importante destacar a inexistência de elementos probatórios que demonstrem que as diárias e passagens foram percebidas indevidamente e de que o labor não teve a contraprestação exigida, ocorrências sobre as quais o TCU deverá fazer o seu próprio juízo de valor, a partir do acervo documental e probatório colacionado aos autos.

10. Com efeito, diante do atual acervo documental dos autos, eventual opinião sobre as falhas terá como base não as provas coligidas, mas as conclusões da comissão sindicante do TRT acerca desses elementos, os quais, voltamos a salientar, não foram identificados nestes autos.

11. Veja-se que essa ausência dificulta não só a análise pelo órgão de controle, como também o exercício da defesa pela parte interessada, que vê diminuídos os seus recursos para o contraditório. Como contraditar uma testemunha se seu depoimento não consta dos autos? Como provar o regular desempenho das atribuições do seu cargo se não estão presentes os elementos necessários para concluir que tal exercício não ocorreu?

12. Nesse sentir, entendemos que o processo não encontra condições de procedibilidade para ser apreciado pelo TCU, haja vista a ausência nos autos dos elementos de prova indicadores da culpabilidade/reprovabilidade da conduta da Senhora Maria Suylena Mesquita de Oliveira e mesmo do Senhor Pedro Pedreira de Oliveira. O que há, frise-se, é o juízo estabelecido por outras instâncias apreciadoras no âmbito do TRT-14.^a Região. Todavia, o julgamento pelo TCU não pode ser feito com base exclusivamente em opiniões de outros, devendo se calcar em fatos e provas trazidos ao processo, os quais, de seu turno, serão por ele examinados e avaliados segundo seus critérios de livre convencimento motivado.

13. Considerando que os aludidos elementos de prova acerca da irregularidade não constam dos autos, esta representante do Ministério Público se manifesta, em caráter preliminar, pela realização de diligência ao TRT-14.^a Região, com vistas a instá-lo a encaminhar todos os documentos de prova necessários para se chegar à conclusão de que a Senhora Maria Suylena Mesquita de Oliveira recebeu indevidamente diárias e passagens, bem como salários sem a correspondente contraprestação laboral.

Ministério Público, 17 de setembro de 2012.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral